

Ex-coordenadores da secretaria afirmam aos distritais que avisaram os chefes sobre falhas nos pagamentos ao Hospital Santa Juliana

Irregularidades alertadas

ANA HELENA PAIXÃO

DA EQUIPE DO CORREIO

Três depoimentos prestados ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Saúde da Câmara Legislativa apresentaram indícios de má administração na Secretaria de Saúde em 2003 e 2004. Os ex-coordenadores de unidades de terapia intensiva (UTI) Emmanuel Cícero Cardoso e da Assessoria Técnica Legislativa (Asstel) da secretaria Paulo de Souza garantiram ter alertado seus superiores sobre irregularidades no pagamento de internações ao Hospital Santa Juliana, em Samambaia. Já o funcionário da Vigilância Sanitária de Samambaia, Antonio Calilpe, reiterou denúncia de tráfico de influência praticado pela irmã do ex-secretário Arnaldo Bernardino, Adaísa Alves Moura – à época diretora-administrativa do Santa Juliana. Os integrantes da CPI voltam a se reunir hoje.

Durante quatro horas, os distritais da CPI da Saúde tentaram descobrir mais detalhes sobre o suposto esquema que beneficiava o Santa Juliana. De acordo com o requerimento de abertura da Comissão, entre 2003 e 2004, a Secretaria de Saúde do DF destinou ao hospital 98% dos recursos a serem pagos a instituições particulares que abrigassem pacientes da rede pública nas UTIs. Pela denúncia, não houve licitação ou qualquer tipo de contrato formal que regularizasse os pagamentos ao Santa Juliana.

O advogado Paulo de Souza – que representou o ex-secretário em 38 ações judiciais – afirmou ter recomendado a Bernardino e subsecretários da pasta a abertura de licitações para cadastrar

Sebastião Pedra/Especial para o CB/31.3.05



ELIANA PEDROSA E ARLETE SAMPAIO (D) DEVEM OUVIR MAIS DOIS DEPOIMENTOS HOJE NA CPI DA SAÚDE

hospitais particulares que poderiam prestar serviços de UTI. “Não atenderam às minhas sugestões nem disseram porque não o fizeram.” Já Emmanuel Cícero Cardoso disse ter apresentado projeto de reestruturação dos leitos na rede pública de hospitais em outubro de 2004 sem obter qualquer resposta dos chefes. De acordo com ele, os recursos destinados ao Santa Juliana em 2003 e 2004 eram suficientes para equipar mais de 20 leitos.

O terceiro depoimento foi de Antonio Calilpe, agente administrativo do Núcleo de Inspeção Sanitária de Samambaia. Ele disse ter sido ameaçado de demissão por Adaísa Alves Moura, que também era diretora-administrativa

do Santa Juliana. A ameaça, que não se concretizou, teria ocorrido depois de Calilpe recusar um documento fornecido pelo hospital. A relatora da CPI, deputada Arlete Sampaio (PT), pretende esclarecer se Adaísa usou de tráfico de influência para garantir o funcionamento do hospital.

“O que mais chama a atenção é o fato do coordenador de UTI não saber nada do que acontecia em sua área, como o desmantelamento de 20 UTIs do hospital de Samambaia e de três no Paranoá”, destacou a presidente da CPI, deputada Eliana Pedrosa (PFL). “A UTI do Hospital de Samambaia havia sido desmontada 11 meses antes da venda para a secretaria e do iní-

cio da gestão Bernardino”, informou o advogado de Bernardino, André Amaral. Sem mencionar o caso do Paranoá, ele afirmou que as licitações sugeridas por Paulo de Souza foram abertas três vezes. “Mas não apareceram interessados porque a secretaria pagaria a tabela do SUS, cerca de R\$ 150 por dia, e não a de mercado, onde a diária chega a R\$ 3 mil”, comentou.

Hoje serão tomados mais dois depoimentos, mas os integrantes da CPI não revelaram os nomes dos convocados. Ainda é esperada a presença do ex-responsável pelo Centro Médico de Planaltina Hélio Ivan Stroher, que adiou o depoimento de ontem ao apresentar um atestado médico.